



# FÓRUM DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

INFORMAÇÃO – OPINIÃO – DEBATE

Boletim 1 | Outubro de 2021

**Sinpro**  
SINDICATO DOS PROFESSORES  
DE CAXIAS DO SUL - RS

**Sinpro**  
Sinpro Noroeste

**SINPRO/RS**  
Sindicato Cidadão

Foto: Envato Elements

## Sindicatos de professores lançam Fórum da Educação Superior

*O Seminário da Educação Superior, realizado no dia 23 de outubro pelos sindicatos de professores (Sinpro/RS, Sinpro/Noroeste e Sinpro Caxias), proporcionou aos professores do ensino privado uma análise sobre a realidade econômica do país e os impactos da conjuntura para o setor educacional. O evento também debateu a política de atuação sindical nas negociações coletivas do próximo período.*

*O documento-síntese do Seminário pode ser acessado na íntegra nos sites das três entidades sindicais ([sinprocaxias.com.br](http://sinprocaxias.com.br), [sinpronoroeste.org.br](http://sinpronoroeste.org.br) e [sinprors.org.br](http://sinprors.org.br)).*

*Ao final do Seminário, os sindicatos lançaram o Fórum da Educação Superior – um espaço editorial com informação, opinião e debate sobre a educação superior no estado e no país.*

*Uma das ações concretas da iniciativa será a produção periódica e veiculação de conteúdos opinativos e informativos sobre o setor.*

*A proposta do Fórum é aprofundar o debate sobre a conjuntura do setor entre os professores.*

*Interessados em contribuir podem enviar seus textos para os e-mails [direcao@sinprors.org.br](mailto:direcao@sinprors.org.br), [sinpro.iju@terra.com.br](mailto:sinpro.iju@terra.com.br) e [sinpro@sinprocaxias.com.br](mailto:sinpro@sinprocaxias.com.br).*



### EDITORIAL

## Um Fórum contra a crise

A Educação Superior se constitui no segmento educacional brasileiro que vive a mais explícita situação de crise.

Essa crise se expressa em todos os três âmbitos de iniciativa e manutenção: pública, privada e comunitária, marcadamente de caráter financeiro, mas, também, de perspectivas frente às opções e aos desafios decorrentes das novas tecnologias.

O financiamento é, certamente, o grande problema que compromete o segmento. Trata-se de problema econômico e político, ou vice-versa, que, objetivamente, se manifesta na dificuldade de acesso de amplo segmento da juventude em condições de se habilitar a um curso superior, mas sem recursos próprios para financiar este projeto de formação e de vida.

Problema político de falta de investimento nas universidades públicas, mais uma vez em vias de sucateamento, e também de falta de recursos para o financiamento estudantil nas instituições de ensino privadas e comunitárias.

Da combinação dessas adversidades, decorre a crise dos

setores privados e comunitários, expressa na continuada redução do número de alunos.

Esta situação, que teve início em 2015, vem comprometendo as perspectivas das instituições e, por consequência, dos professores e demais trabalhadores, com a perda de carga horária, esvaziamento dos contratos de trabalho e da própria manutenção dos empregos.

Já são seis anos com números recordes de professores desligados das IES e, no âmbito sindical, uma sequência de necessárias negociações e acordos para readequações contratuais, que possam manter a empregabilidade dos professores.

É evidente que, face a esses problemas político-econômicos que impactam o setor, as alternativas e os equacionamentos de soluções também são politicamente definidos e impostos pelas IES aos professores e funcionários.

No âmbito das definições institucionais, existe um largo espectro de possibilidades e opções que podem e devem ser influenciadas pela manifestação da opinião e dos interesses dos professores, que fazem a educação superior acontecer, as instituições se manterem no cenário socioeducacional e o sonho de formação profissional de jovens e adultos se concretizar.

Com o intuito de tonificar os argumentos e as políticas de resistência e formulação de alternativas que contribuam para garantir a empregabilidade, a dignidade remuneratória e a vitalidade das instituições, os(as) professores(as) que queiram contribuir com as suas opiniões e análises estão convocados(as) a encaminhar seus textos para o Fórum da Educação Superior.





**Professor  
Rodrigo Perla Martins**

*Doutor em História pela PUC-RS (2011) e mestre em Ciência Política pela UFRGS (1999). É professor do curso de História na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo, e professor de ensino médio de História no Colégio Monteiro Lobato Boa Vista, em Porto Alegre, e diretor do Sinpro/RS.*

**(...)  
a concorrência  
predatória  
das instituições  
mercantis  
pode levar à  
diminuição  
ainda maior  
de estudantes  
nas IES  
comunitárias.**

# O Ensino Superior no RS e a volta à presencialidade

O avanço da vacinação contra a Covid-19 no Brasil, apesar de movimentos residuais e barulhentos, comprova e reforça a Ciência como o centro da vida contemporânea. E isso é evidenciado pela diminuição significativa do número de vítimas nas últimas semanas.

Mesmo antes da vacinação em massa, as escolas de educação básica da rede privada do Rio Grande do Sul, de maneira geral, voltaram com uma relativa normalidade em seu funcionamento, adaptando-se, colocando em prática o ensino híbrido e vivendo, já a partir de setembro de 2020, o retorno presencial de estudantes e professores. Esse processo foi atravessado por críticas, posições dúbias e, até mesmo, por disputas judiciais, que se estendeu até maio de 2021.

Já em junho, a plenitude da volta à sala de aula aconteceu no contexto de vacinação dos professores, funcionários e a gradativa imunização da população entre 12 e 18 anos. Assim, é possível considerar que a educação básica adquiriu um certo *know-how* em relação à aplicação dos protocolos sanitários e à convivência escolar, depois de quase um ano e meio de pandemia. Pode-se dizer também que, mesmo entre as famílias e os alunos, a responsabilidade foi compartilhada para essa volta à escola. E entre os alunos, ainda, uma adesão às regras de comportamento no espaço escolar merece registro.

Por sua vez, o mesmo não aconteceu no ensino superior. Apesar da diferença entre educação básica e educação superior, não se entende o porquê da volta das IES estar nesse compasso de espera, quando não de adiamento, e, por vezes, parecendo indecisos. Isto é, o início do segundo semestre de 2021 foi confuso e assim continuará, ao que parece, até o final do ano.

Além disso, cabe registrar que algumas IES parecem não saber direito como proceder à volta presencial dos alunos (apesar da vacinação de professores e funcionários e dos discentes estar avançada, quando não completa), outras ainda divulgam comunicados

contraditórios que causam mais insegurança e confusão na comunidade acadêmica. Temos ainda outras instituições que deixam a critério dos professores a volta presencial das turmas.

Com tudo isso, e mesmo considerando que um decreto federal garante ao aluno o ensino remoto até dezembro de 2021, temos que alertar que as próprias IES podem sofrer sérios reveses em seus planejamentos econômicos e financeiros para 2022 em virtude de atitudes titubeantes sobre o tema.

A evasão, a perda de alunos e a inadimplência podem até mesmo superar os custos do funcionamento presencial no ano de 2021, além de facilitar a concorrência predatória, promovendo o aumento do número de alunos nas instituições mercantis. Essas últimas – mesmo considerando que o estudante quer mais presencialidade – prospectam alunos com base na não diferenciação entre o ensino remoto e a educação a distância. Essa confusão é aproveitada pelas instituições mercantis para ofertar cursos a distância com *ticket* médio abaixo do valor de mercado dos cursos presenciais, principalmente nas IES comunitárias. Isto é, se os alunos estão em casa com ensino remoto, por que não trocar de instituição, pagar menos e continuar no ensino a distância?

Essa atitude contraditória das IES neste momento de arrefecimento da pandemia, junto com a concorrência predatória das instituições mercantis podem levar à diminuição ainda maior de estudantes nas IES comunitárias (isso sem falar na falta de políticas públicas de acesso ao ensino superior). Com menos matrículas, haverá menor empregabilidade e muitas dificuldades nas negociações coletivas em 2022.

Em fóruns adequados, a posição favorável ao retorno presencial na educação superior já foi manifestada. Os sindicatos de professores entendem que este retorno é fundamental para que se restabeleça a normalidade em todos sentidos nas IES.

Fiquemos atentos!

